



ATA N.º 16/2023

Aos 23 dias do mês de janeiro de 2024, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a terceira reunião da quinta sessão ordinária do ano 2023, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e Isabel Maria Pinhal Resende com a seguinte ordem de trabalhos:

8. Proposta de revisão do modelo base de organização dos serviços do Município de Espinho;
10. Pedido de autorização para celebrar contrato de concessão do serviço de restabelecimento das condições de segurança rodoviária pós-acidente e fixar as respetivas condições gerais;
11. Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de delegação de competências no domínio da educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida referente ao ano letivo de 2023/2024;
12. Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de delegação de competências no domínio da educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira referente ao ano letivo de 2023/2024;
13. Renovação do mandato ou substituição de José Dinis Moreira Campos Pinto como cidadão eleitor designado pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ de Espinho;
14. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
15. Aprovação de atas das reuniões de 20/09/2023 e 12/10/2023;
16. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

C - Assuntos para conhecimento

- Informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais – assunção de compromissos plurianuais no período de 16 de fevereiro a 31 de outubro de 2023.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Álvaro Paulo Alves Leite, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno António Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia de Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros João Humberto Santos Cunha Bastos por António Marques de Azevedo, José Adolfo Carvalho Rocha por José Manuel Alves Novo, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho por Manuel Augusto Gomes Novais, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos por Manuel Cardoso Pereira, Abel Jorge Correia dos Santos por Rui Manuel Pinheiro Martins Serrão, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Manuel António Carvalho de Oliveira, Bruno José da Silva Morais por José Dinis Moreira Campos Pinho e Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende por Isabel Maria da Silva Cruz.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes os Senhores Vereadores Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João Manuel oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, advertindo todos os presentes que seria transmitida em direto e de seguida deu a palavra ao cidadão Carlos Ribeiro que interveio para referir que na Rua frente ao prédio sito na Rua 66, n.º 350 havia falta de iluminação pública, estando dois candeeiros seguidos avariados. Que tendo reportado a situação à ERedes foi informado que era uma avaria que dependia do município. Disse ainda que o terreno encostado ao prédio onde residia estava cheio de lixo, existia prostituição, droga e que a via pública era usada como casa de banho. Solicitou a resolução daqueles problemas dado que já tinha feito uma reclamação por escrito na Câmara Municipal em 23/11/2023 e não obteve resposta



De seguida interveio o cidadão Joaquim Gomes residente na Rua 66, n.º 267 1º frente em Espinho e questionou a situação dos elevadores do parque de estacionamento da Rua 8 que apenas funcionaram durante 8 dias; a situação dos elevadores que se encontram avariados na passagem que liga a Rua 8 à avenida 8, junto da Rua 5, e também a falta de iluminação naquele local. Disse que o imóvel que servia de sanitários e dava apoio às praias da frente azul, praia pop e ao bar Alma foi retirado para manutenção e recolocado apenas no final de julho deixando os utentes sem apoio sanitário. Solicitou que no próximo ano fosse tido em atenção.

Tomou a palavra a Presidente da CME que explicou que o problema da luz na Rua 66 era da ERedes, e que tinham a indicação que estava solucionado. Disse que iriam verificar a situação novamente. Disse que existiam muitos candeeiros apagados e que a Câmara Municipal estava a proceder à substituição das luminárias, nomeadamente na Rua 19. Sobre o terreno disse que não lhe tinha chegado nenhuma comunicação do problema com o terreno, sendo que teriam de notificar o seu proprietário. Quanto aos elevadores do parque subterrâneo e da passagem aérea junto à Rua 5, disse que as caixas dos elevadores inundavam pelo que se iria acionar a garantia da obra e responsabilizar o empreiteiro. Sobre as casas de banho disse que no ano 2024 iriam tentar colocar mais apoios.

A reunião prosseguiu com o ponto 8. Proposta de revisão do modelo base de organização dos serviços do Município de Espinho;

Presidente da CME referiu que a proposta era mais simples, por terem constatado que o organograma anteriormente aprovado era complexo, verificando-se que a informação não fluía em tempo útil e processada rapidamente acrescentando que não permitia que a proximidade entre Chefes de Divisão e Vereadores fosse simples. Disse que muitas vezes só se apercebiam que não era uma boa opção quando os organogramas estavam a funcionar. Que a proposta de organograma estava balizada só em Divisões, sem Diretores de Departamento, com o máximo de 14 Divisões de 2º grau e poderia ter alguns núcleos

Paulo Leite (PSD) disse que tinha feito as suas observações quanto ao organograma anterior, dando nota que não seria funcional e não seria o mais adequado, sendo que o PS não teve isso em consideração. Disse que os organogramas tinham de ser pensados para conseguirem dar resposta ao fluxo de informação, à rapidez no

atendimento e resolução de problemas. Disse que a proposta de alteração apresentada também não lhe parecei que iria funcionar e fez notar que a questão das verbas associadas àquelas alterações também eram importantes e que notavam que não havia uma estrutura funcional bem pensada que permitisse responder às necessidades da população e da cidade de Espinho. Que não podiam ser coniventes com uma situação que era prejudicial para o concelho.

Votação: aprovada por maioria com 12 votos a favor, 11 votos contra e 1 abstenção, com a presença de 24 membros

Foi lida a minuta da deliberação que foi aprovada por unanimidade.

Declaração de voto

Teixeira Lopes (PS): *"A Câmara tendo consciência das limitações e de algumas inoperacionalidades do organograma resolveu, e bem, tentar solucionar esses mesmos problemas, daí ter apresentado a esta assembleia a proposta. Vemos uma intervenção, uma arrazoado de justificações nalguns casos, noutros intenções, noutros juízos de valor que não ataram nem desataram a proposta da Câmara. Daí o resultado foi o anunciado pela Presidente da Assembleia, com curiosidade de se ter absterido, que a proposta passou, e iam esperar que, posta em prática, dê razão à justeza da sua apresentação ou dê razão à oposição que votou contra"*

Presidente da Mesa disse que, como já tinha sido anteriormente referido, as intenções de voto dos restantes membros não devem constar das declarações de voto. Que cada um fazia a sua declaração de voto relativamente ao seu voto

Paulo Leite (PSD) *"O que Aconteceu aqui deixa-me de certa forma com alguma pena, que o Sr. vogal tenha de fazer este papel de deixar passar um documento que sabia que não era bom para Espinho. O que a Câmara quis que fosse aprovado era que se aprovasse a atribuição de verbas para despesas de representação dos dirigentes de 2º grau, fazendo-o de forma disfarçada, para substituir funcionários internos, sem haver procedimentos, sem haver mobilidade devidamente escrutinada, tudo feito como na reestruturação anterior sob o pretexto da melhoria da eficácia e da eficiência dos serviços. Oxalá tivesse sido alcançado e não acreditamos que venha a ser, e achamos que o PS fez mal em aprovar este documento porque ele não é bom para Espinho e tenho a certeza absoluta que o PS também quer tal como nos o melhor para Espinho. Não poderíamos validar este tipo de procedimentos, nem nos parece ser adequado*



que se apresente este tipo de documento para suportar a reestruturação funcional da Câmara e nem é aceitável a forma como se pretende remunerar ou aumentar os atuais dirigentes. Era uma estrutura funcional que não está bem pensada, não se tinha de andar a testar para ver se funcionava ou não, porque andavam a perder tempo e era prejuízo.”

A Presidente da AME lembrou que o ponto 9 tinha sido retirado da ordem de trabalhos daquela sessão e passou ao Ponto 10. Pedido de autorização para celebrar contrato de concessão do serviço de restabelecimento das condições de segurança rodoviária pós-acidente e fixar as respetivas condições gerais;

Presidente CME explicou que se tratava de um pedido de autorização para celebrar contrato de concessão do serviço de restabelecimento das condições de segurança rodoviária pós-acidente, ou seja, se, após um acidente, houver derrame de resíduos, óleos ou líquidos combustíveis, tinham de ter quem limpasse as vias e as reponham prontas a circular, sendo que o município não estava dotado daqueles meios pretendiam celebrar aquele contrato que não ficava oneroso ao município uma vez que os serviços seriam cobrados às seguradoras do causador do acidente.

Votação: aprovada por maioria com 13 votos a favor, 1 voto contra e 10 abstenções, com a presença de 24 membros

Declaração de voto:

BE: "Contra - Entende-se que o Município não tenha atualmente capacidade para proceder à limpeza da via pós-acidente. Não tem e nunca teve. Recorreu sempre aos serviços dos Corpos de Bombeiros para esse fim. Entende-se que não haja pessoal, porque não se contrata. Propomos que este serviço seja atribuído ao Serviço Municipal de Proteção Civil, não deve ser privatizado. O Serviço Municipal de Proteção, à semelhança do que acontece em diversos municípios, deve afetar assistentes operacionais a fim de executar tarefas no terreno.”

Lida a respetiva minuta de deliberação, foi aprovada por unanimidade.

Pontos 11. Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de delegação de competências no domínio da educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida referente ao ano letivo de 2023/2024;

Pontos 12. Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de delegação de competências no domínio da educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira referente ao ano letivo de 2023/2024;

A presidente da AME deu a palavra à Presidente da CME que referiu que os contratos interadministrativos dos dois agrupamentos eram iguais exceto nos montantes. Disse que aqueles contratos se referiam ao período de 1/09/2023 a 31/08/2024 e que para o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida seriam transferidos 54 750,00€ e para o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira 84 828,78€. Esclareceu que a diferença de valores se devia ao facto dos contratos de luz, água e gás do Agrupamento Gomes de Almeida já estavam do lado do município enquanto que os contratos de luz e gás do outro agrupamento estavam ainda a ser suportados pelo agrupamento.

Votação do Ponto 11: aprovado por maioria com 14 votos a favor e 11 abstenções

Votação do Ponto 12: aprovado por maioria com 14 votos a favor e 11 abstenções

As minutas de deliberação foram aprovadas por unanimidade

Declaração de voto:

BE: "Aquando da discussão do processo de descentralização de transferência de competências referimos que estes suscitam-nos enormes preocupações, pois não são acompanhados do reforço financeiro realmente necessário. E confirma-se. Para o Bloco de Esquerda, qualquer princípio descentralizador, significa igual ou melhor serviço público e reforço do poder dos cidadãos. Alertamos que a liberalização e a privatização dos serviços debilita a coisa pública, que é de todos nós, mas que alguns querem transformar em coisa que apenas alguns regem. Infelizmente o município de Espinho alinhou com o triste cenário que se assistiu a nível nacional no campo educativo, externalizações, liberalizações e outsourcing. Os refeitórios das escolas deviam servir comida saudável e saborosa, fiscalizada e pensada por nutricionistas. O executivo decidiu ceder ao outsourcing... e a comida é saudável... mas pouco ou nada saborosa e pouco fiscalizada, sobretudo por aqueles que têm que confiar, mas desconfiam, do que é fornecido aos seus educandos. A manutenção das escolas continua a ser um valente 0 (zero). Em diversas escolas, algumas delas recentemente intervencionadas, continuam a ter portas, janelas, autoclismos, torneiras, (role infundável de equipamentos) avariadas. Algumas foram reportadas há mais de 3 anos, sendo que até à data continuam sem reparação à vista."



Paulo Leite (PSD) "O PSD abstêm-se por razões que têm a ver com o facto de considerarmos que a explicação sobre a forma como o apuramento dos valores atribuídos é feita não é a adequada. Não há propriamente um relatório de avaliação do período anterior que permita ser assertivo e mais assertivo no período seguinte e também não havia propriamente informação sobre as verbas transferidas do Estado Central para o município e nada é apresentado e dito sobre se estes valores são ou não suficientes de acordo com a Lei das transferências de competências. Na verdade não podemos aprovar algo que nos parece que não é adequado e que nos parece que não está bem pensado, por isso nos abtemos, deixamos claramente à responsabilidade deste executivo os resultados que advierem desta decisão."

Ponto 13. Renovação do mandato ou substituição de José Dinis Moreira Campos Pinto como cidadão eleitor designado pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ de Espinho;

A Presidente da AME disse que o vogal José Dinis Moreira Campos Pinto, presente na sessão em substituição do vogal do BE – Bruno José da Silva Morais, se iria ausentar da sala dado o ponto em apreciação.

Foi feita a votação por escrutínio secreto, tendo-se sido aprovada a renovação do mandato de José Dinis Moreira Campos Pinto por maioria com 18 votos a favor e 6 votos contra.

Lida a minuta da deliberação foi aprovada por unanimidade

Ponto 14. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;

A Presidente da AME disse que não tinha sido apresentado nenhum documento para este ponto e passou de seguida para o ponto 15. Aprovação de atas das reuniões de 20/09/2023 e 12/10/2023, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos vogais que estiveram presentes nas reuniões a que se reportam.

Ponto 16. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

Presidente CME disse que era um documento sucinto desde 1 de setembro a 30 de novembro, fez um resumo das diversas atividades e eventos realizados no período em apreciação e disse que ficava à disposição dos vogais para as perguntas que quisessem colocar

José Dinis (BE) perguntou o ponto de situação quanto à cobertura de amianto dos armazéns da Câmara

Filipe Pinto (PSD) pediu esclarecimentos sobre um processo que a ABB tinha colocado contra a Câmara, sendo que a Presidente da CME tinha ficado de os esclarecer e ainda não lhes tinha dado informação e perguntou o que estava a acontecer na Rua do Golf, junto ao apeadeiro, onde havia inundações constantes

Nuno Almendra (PSD) quanto ao programa de recuperação e reabilitação de escolas assinado em 21/07 entre o Governo e a ANMP, onde estava estipulado que existiam 3 níveis de necessidade de obras: P1 muito urgente, P2 urgente e P3 prioritário, sendo que a Escola Domingos Capela estava classificada como prioritária, perguntou se se confirmava que aquela escola tinha passado a muito urgente conforme referido pela Presidente da CME em 12/10, uma vez que não tinham nenhum documento oficial. Sobre a EN109, disse que no dia 27/01 a comunicação social tinha anunciado que o município de Ovar iria receber perto de 10M€ para fazer a requalificação do troço da EN 109 na área daquele município e que o concelho de Estarreja, além de já ter a EN 109 totalmente remodelada, iria receber uma compensação financeira de 2 M€ para manutenções em falta, tendo a Presidente da CME no dia 12/10 informado que estava a aguardar a visita do IP. Perguntou qual o ponto da situação dada a grande necessidade de intervenção naquela estrada.

Paulo Leite (PSD) sobre um documento enviado por e-mail por uma entidade que não se identificava e que, procurando, de certa forma representar os trabalhadores da Câmara, colocava algumas questões sobre o SIADAP, disse que gostaria de ver esclarecidas as questões no mesmo colocadas por lhe parecer fazerem algum sentido.

Presidente da AME disse que a Mesa tinha recebido aquele documento e tinha-o encaminhado para a CME solicitando os devidos esclarecimentos para depois os poder fazer chegar aos membros da AME.

Presidente CME disse que os trabalhadores dos armazéns iriam passar para o antigo quartel dos bombeiros junto à Caixa geral de Depósitos e disse que o estudo feito há pouco tempo sobre as partículas perigosas que pudessem afetar os trabalhadores, deixava-os um pouco descansados. Sobre o processo da ABB disse que os esclarecimentos não foram enviados, facto pelo qual pediu desculpas e disse que iria providenciar. Disse que o problema existente na rua do golfe era muito complicado desde há muitos anos e que se tinha vindo a agravar e que, embora tivesse de ter



solução, não era de fácil resolução uma vez que a conduta atravessava a linha. Quanto à escola Domingos Capela foi-lhe garantida como muito urgente e que o projeto de arquitetura já foi alvo de contratação, sendo que tinham de candidatar a escola até 30 de março para puderem beneficiar da situação. Sobre a EN 109 referiu que ainda não tinha mais desenvolvimentos, já tinha falado com o Presidente da CM de Ovar, Que com a IP tinham tratado de outros assuntos, tal como a passagem inferior norte que a Câmara não recebeu porque achava que não estava em condições. Sobre o e-mail enviado, disse que quando entrou em funções o SIADAP estava atrasado e que era um processo complexo, tinham sido detetadas irregularidades, havia funcionários que perderam pontos indevidamente e tinham de ser repostos. Disse que já tinha falado com os trabalhadores e que havia hipótese de arrastamento da nota ou de fazer avaliação pedindo contributos aos chefes de divisão a exercer funções naquele período, sendo que alguns não poderiam ser dados pelo facto de não poderem contactar com alguns, mas que não impedia dos trabalhadores serem avaliados na Comissão de Avaliação.

Intervenção Política

Paulo Leite (PSD) disse que a mensagem da Presidente mencionava um pouco o trabalho que tinha vindo a desenvolver, que seria diferente se o PSD estivesse no poder e notava-se que havia um decréscimo na oferta de eventos, nomeadamente durante o Natal. Sobre a estratégia local de habitação, disse que não era bem uma estratégia, era algo que ainda não estava bem pensado. Que o combate a erosão costeira e a defesa da costa eram importantes mas para além da informação constante do documento não conseguiam discernir iniciativas que chamem a atenção para aquela questão, sendo que deixava nota positiva pelo facto de, por parte da Câmara, existir aquele interesse. Sobre os arranjos à volta da Vila Manuela, disse que era positivo mas deixar ficar o edifício completamente degradado era um contexto que não era propriamente o mais adequado. Sobre a UNIR, disse que era uma excelente oportunidade para reestruturar os transportes e reconhecia que quando as coisas começavam de novo existiam dificuldades, acreditando que poderia vir a ser uma boa forma de criar melhor mobilidade entre os concelhos. Que o documento trazia pouca informação, porque a atividade estava longe de ter a quantidade e qualidade a que os espinhenses estavam habituados e que se conseguia perceber que existiam algumas intenções que não estavam plasmadas, planeadas e concretizadas, o que não era positivo para o concelho

Presidente CME disse que a Vila Manuela foi sujeita a uma candidatura dentro das comunidades desfavorecidas e que iria surgir um projeto, sendo intenção da Câmara não deixar o edifício como estava. Sobre a UNIR, disse que o processo não correu muito bem, fazendo notar que o município de Espinho foi dos primeiros a criar um gabinete de atendimento ao munícipe para dar esclarecimentos e para receber as suas queixas e que a Câmara tinha já reclamado com a empresa e com a AMP. Que muitas reclamações recebidas nem eram propriamente de carreiras que começavam em Espinho. Referiu que a Câmara tinha feito bastantes eventos e que, principalmente, tinham dado voz as coletividades do concelho, sendo que era importante utilizar os recursos que tinham qualidade e como tal tinha de ser aproveitada, dando como exemplo os concertos dados pelos alunos das escolas básicas e também, embora não constasse da informação, a gala do desporto. Finalizou lembrando a mulher que foi a primeira presidente da Câmara de Espinho que tinha falecido há poucos dias e que muitos recordavam com saudade, pelo que propôs que se fizesse um minuto de silêncio.

Não havendo oposição do plenário, a Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio em homenagem à D. Elsa Tavares, após o que a Presidente da AME disse que tinha sido enviado para conhecimento de todos os vogais a Informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais – assunção de compromissos plurianuais.

Não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da AM deu a reunião por encerrada, As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal



A Funcionária Municipal,
